

**Amsted Maxion Fundição e
Equipamentos Ferroviários S.A.**

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2020 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e à Diretoria da
Amsted Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Amsted Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Amsted Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Partes relacionadas (suporte financeiro e transações)

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1 e nº 9 às demonstrações financeiras, a Sociedade tem recebido suporte financeiro de partes relacionadas nos últimos anos que visa fazer face aos passivos assumidos de curto prazo em virtude do capital circulante negativo apresentado pela Companhia, bem como manter saldos e transações de compra e venda com partes relacionadas com base em termos e condições negociados entre elas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Ênfase sobre a retificação dos valores correspondentes

Chamamos a atenção à nota explicativa nº 2 item e) às demonstrações financeiras, que apresenta correções relacionadas ao processo de exclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços - ICMS na base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, transitado e julgado em 2018. Conforme descrito na referida nota explicativa, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo retificados como previsto no CPC 23 – Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2021



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Daniel Augusto Reis
Contador
CRC nº 1 SP 254522/O-0

AMSTED MAXION FUNDIÇÃO E EQUIPAMENTOS FERROVIÁRIOS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 e 1º DE JANEIRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	2020	2019 (reapresentado)	01/01/2019 (reapresentado)	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2020	2019 (reapresentado)	01/01/2019 (reapresentado)
CIRCULANTE					CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.690	817	4.861	Empréstimos e financiamentos	12	88.898	68.048	71.161
Contas a receber de clientes	5	31.571	28.956	13.838	Fornecedores	13	33.387	21.298	25.654
Estoques	6	40.993	39.911	43.888	Obrigações tributárias		926	780	714
Impostos a recuperar	7	17.974	14.416	17.421	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	14	14.043	10.561	14.819
Despesas antecipadas		918	1.266	1.121	Passivo de arrendamento	23	133	144	-
Outros créditos		3.002	1.466	1.825	Adiantamentos de clientes		54	3.181	19
		<u>103.148</u>	<u>86.832</u>	<u>82.954</u>	Dividendos a pagar	16.c	119	-	-
					"Royalties" a pagar		443	683	775
					Outras obrigações		6.359	3.717	5.469
							<u>144.362</u>	<u>108.412</u>	<u>118.611</u>
NÃO CIRCULANTE					NÃO CIRCULANTE				
Contas a receber de clientes	5	8.400	-	-	Empréstimos e financiamentos	12	23.285	59.159	113.024
Impostos a recuperar	7	18.295	24.027	23.979	Fornecedores	13	20.414	-	-
Depósitos judiciais recursais	15	7.765	10.192	9.967	Passivo de arrendamento	23	41	78	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.a	37.632	32.890	30.562	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	15	6.371	6.395	5.455
Investimentos em coligadas	10	97.344	100.331	123.877	Outras obrigações		350	967	1.211
Direito de Uso	23	348	105	-			<u>50.461</u>	<u>66.599</u>	<u>119.690</u>
Imobilizado	11	83.575	83.106	86.070					
		<u>253.359</u>	<u>250.651</u>	<u>274.455</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
					Capital social	16.a	153.683	261.201	184.685
					Reservas de lucros		24	3.564	3.564
					Ajuste de avaliação patrimonial	16.b	7.644	8.789	10.005
					Lucros (Prejuízos) acumulados		333	(111.082)	(79.146)
							<u>161.684</u>	<u>162.472</u>	<u>119.108</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>356.507</u>	<u>337.483</u>	<u>357.409</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>356.507</u>	<u>337.483</u>	<u>357.409</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMSTED MAXION FUNDIÇÃO E EQUIPAMENTOS FERROVIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro (prejuízo) por ação)

	Nota explicativa	2020	2019
RECEITA LÍQUIDA	17	362.798	352.119
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	20	(302.320)	(314.671)
LUCRO BRUTO		<u>60.478</u>	<u>37.448</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Com vendas	20	(30.761)	(16.166)
Gerais e administrativas	20	(12.298)	(9.444)
Honorários da Administração	20	(2.204)	(2.372)
Resultado de equivalência patrimonial	10	1.668	(18.891)
Outras despesas operacionais, líquidas	21	(7.805)	(8.645)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		<u>9.078</u>	<u>(18.070)</u>
Receitas financeiras	18	730	1.226
Despesas financeiras	18	(7.379)	(15.830)
Variação cambial, líquida	19	(4.477)	(2.801)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(2.048)</u>	<u>(35.475)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	8.b	(3.363)	-
Diferidos	8.b	4.742	2.328
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(669)</u>	<u>(33.147)</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO - BÁSICO E DILUÍDO - R\$	16.d	<u>(0,00004)</u>	<u>(0,00117)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMSTED MAXION FUNDIÇÃO E EQUIPAMENTOS FERROVIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(669)	(33.147)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(669)</u>	<u>(33.147)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMSTED MAXION FUNDIÇÃO E EQUIPAMENTOS FERROVIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 E 1º DE JANEIRO DE 2019
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Ajuste de avaliação patrimonial	(Prejuízos) Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (reapresentado)		184.685	3.564	10.005	(68.507)	129.747
Efeitos de reapresentação	2.e	-	-	-	(10.639)	(10.639)
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2019 (reapresentado)		184.685	3.564	10.005	(79.146)	119.108
Aumento de capital	16.a	76.516	-	-	-	76.516
Realização do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários		-	-	(1.216)	1.216	-
Baixa de ajuste de reavaliação		-	-	-	(5)	(5)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(33.147)	(33.147)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (reapresentado)		261.201	3.564	8.789	(111.082)	162.472
Redução de capital	16.a	(107.518)	-	-	107.518	-
Absorção de reserva de lucros	16.a	-	(3.564)	-	3.564	-
Realização do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários		-	-	(1.145)	1.145	-
Constituição de reserva legal		-	24	-	(24)	-
Dividendos		-	-	-	(119)	(119)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(669)	(669)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		153.683	24	7.644	333	161.684

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMSTED MAXION FUNDIÇÃO E EQUIPAMENTOS FERROVIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2020	2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo líquido do exercício		(669)	(33.147)
Ajustes para conciliar o prejuízo líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:			
Depreciação	20	10.157	10.044
Depreciação de direito de uso	20	155	351
Amortização	21	4.655	4.655
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	(4.742)	(2.328)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	12	4.433	6.584
Juros sobre empréstimos e financiamentos partes relacionadas	12	1.762	7.880
Juros sobre passivos de arrendamento	23	32	28
Custo residual de bens do ativo imobilizado baixados	11	(87)	47
Resultado de equivalência patrimonial	10	(1.668)	18.891
Provisão para perdas nos estoques	6	(21)	1.465
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	(148)	6
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	12	3.451	404
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos partes relacionadas	12	6.361	2.936
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, líquida de reversões	15	446	2.147
Outros impactos		94	(6)
Redução (aumento) nos ativos:			
Contas a receber de clientes		(10.867)	(15.124)
Estoques		(1.061)	2.512
Impostos a recuperar		5.686	2.957
Depósitos judiciais recursais		2.427	(225)
Outros créditos e demais contas		(1.431)	(137)
(Redução) aumento nos passivos:			
Fornecedores		32.503	(4.356)
Adiantamentos de clientes		(3.127)	3.162
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		3.482	(4.258)
Outras obrigações e demais contas		1.931	(2.022)
Caixa gerado pelas operações		53.754	2.466
Pagamentos de imposto de renda	8	(3.363)	-
Pagamentos de processos trabalhistas e tributários	15	(470)	(1.206)
Pagamento de juros sobre arrendamento	23	(34)	(37)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	12	(4.771)	(6.401)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos partes relacionadas	12	(2.278)	(13.667)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		42.838	(18.845)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de bens do ativo imobilizado		(10.800)	(6.972)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(10.800)	(6.972)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Integralização de capital	16.a	-	76.516
Captação de empréstimos e financiamentos	12	48.289	53.102
Amortizações de passivos de arrendamento	23	(183)	(167)
Amortizações de empréstimos e financiamentos	12	(43.037)	(18.902)
Amortizações de empréstimos e financiamentos partes relacionadas	12	(29.234)	(88.776)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		(24.165)	21.773
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		7.873	(4.044)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		817	4.861
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		8.690	817
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		7.873	(4.044)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMSTED MAXION FUNDIÇÃO E EQUIPAMENTOS FERROVIÁRIOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Disposições gerais

A Amsted Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Rua Dr. Othon Barcellos, 77, na cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo.

As atividades da Companhia consistem na fabricação e comercialização de rodas ferroviárias, componentes fundidos de aço para vagões e para o mercado de reposição, remanufatura, reparo e reforma de componentes ferroviários e componentes fundidos de aço para o mercado industrial por meio sua unidade fabril localizada na cidade de Cruzeiro, no Estado de São Paulo.

A gestão da Companhia é feita de modo compartilhada composta por três sócios, sendo eles; Amsted Rail Brasil Equipamentos Ferroviários Ltda. com 51,00% de participação, Greenbrier do Brasil Participações Ltda. com 29,50% de participação e Lochpe Maxion S.A. com 19,50%.

1.2. Plano operacional e ações implementadas pela Administração da Companhia

Mesmo com um ano desafiador para a companhia, o volume de vendas do mercado nacional foi acima do esperado no plano operacional nos itens ferroviários e de rodas, puxado pela reposição de estoques e também pela construção de estoque estratégico nos principais clientes, visando evitar quaisquer riscos de fornecimento devido ao Covid-19. A boa performance de produção, o mix de produtos vendidos, o câmbio ajudaram positivamente no resultado do ano. O plano operacional de 2020 foi fortemente impactado pelo reconhecimento de um passivo referente a garantia de vagões do ano de 2015, no valor total de R\$15 milhões. O volume de peças industriais, voltada para a construção civil, foi fortemente afetada pela baixa demanda durante o ano, bem como a exportação de itens ferroviários, impactado pela baixa demanda no mercado americano.

No ano de 2020 apesar do menor volume, a performance de produção, mix de produtos vendidos e o câmbio nas vendas de exportação mantiveram a margem e o resultado operacional acima do esperado no plano operacional. No entanto houve uma queda do volume de produção ferroviária e industrial, em 18% comparado ao previsto no plano operacional. Devido ao menor volume de produção, foi realizada uma redução no quadro de funcionários para adequação do volume de produção à demanda de mercado. A linha de rodas manteve um volume de produção equivalente ao esperado no plano operacional e não teve nenhuma redução no quadro de funcionários.

A performance financeira da empresa foi acima do esperado no plano operacional, com uma redução da dívida líquida de 24%, além de melhora na geração líquida de caixa e redução dos dias de conversão. O foco na recuperação de impostos foi outro fator favorável para a performance de 2020, com impostos estaduais e federais utilizados para a redução da saída de caixa durante o ano.

Dentre as ações realizadas pela Administração para melhorar os resultados e o nível de liquidez, destacam-se as seguintes:

- a) Implementação da metodologia 4DX com os gestores de todas áreas da empresa visando redução de custo, melhoria de produtividade, geração de caixa e aumento de volume de venda.
- b) Ampliação do “back log” da carteira de pedidos, criando consistência e previsibilidade no processo de produção, permitindo volumes balanceados e consequente redução de estoque e custos.
- c) Fechado contrato de longo prazo com os principais clientes no mercado doméstico e também com o principal cliente do mercado de exportação de rodas, com fornecimento de 13.500 rodas nos próximos três anos.
- d) Readequação do mix de produto, com ampliação de volume de itens de médio porte ferroviário, rodas locomotivas e maior número de peças para diferentes máquinas do mercado industrial.
- e) Aumento no número de part number industrial oferecido ao mercado, aumentando o portfólio e reduzindo a dependência e risco de eventual redução de volume.
- f) Redução de inventário com a reorganização do sistema ferroviário, permitindo uma melhor gestão do estoque, redução de diferenças de inventário e maior precisão nas cargas dos fornos.
- g) Negociação com fornecedores para extensão do prazo de pagamento, bem como utilização da operação de confirming para prolongamento de prazos de pagamento.
- h) Negociação junto aos clientes para redução do prazo de recebimento, opções com bancos para utilização de recebimento antecipado e planejamento de melhores datas de produção e faturamento.
- i) Implementada a iniciativa de VSM (Value Stream Mapping) nas áreas produtivas, aumentando a eficiência produtiva e eliminação de ineficiências no processo.

Em 2020, o ano se encerrou com as renovações antecipadas das ferrovias Malha Paulista (Rumo), Carajás e Vitória-Minas (Vale).

O planejamento do Ministério da Infraestrutura, através do PPI (Programa de Parceria de Investimentos), prevê a operação total da Ferrovia Norte-Sul (FNS) já no início de 2021, sendo a Rumo a vencedora do leilão. O ministério prevê também a renovação antecipada da MRS e VLI para o segundo semestre de 2021, além das concessões da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), com leilão previsto para abril de 2021 e da Ferrogrão com leilão previsto para 2º trimestre de 2021. A construção da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO), prevista para ser entregue em 2025, foi incluída como contrapartida pelo valor de outorga na prorrogação antecipada da EFVM (Vale).

Ao todo, os investimentos do governo na ferrovia serão de R\$69.3 bilhões, sendo R\$39.6 bilhões na renovação das concessões e R\$29.7 bilhões nas novas concessões.

Ademais, o Ministério da Infraestrutura prevê a expansão das ferrovias de 30.000 km para 35.000 km, além de duplicar a participação do modal de transporte ferroviário de 15% para 30%. Os investimentos nas concessões dos portos também otimizarão a conexão entre ferrovias e terminais.

Considerando o segmento de fundidos industriais, mesmo em um ano de incertezas devido à pandemia, os equipamentos para construção alcançaram em 2020, pelo terceiro ano consecutivo, uma expansão em suas vendas.

Para 2021, a Associação Brasileira de Tecnologia para Construção e Mineração (Sobratema) estima o aumento de vendas da ordem de 20% no segmento de máquinas da linha amarela e de 25% para todo o setor de equipamentos para construção. Para a exportação, a reposição de estoques para os mercados da Europa, Oriente Médio e EUA se faz necessária em 2021.

A companhia se sente otimista caso a renovação das concessões atuais e também as novas concessões ocorram efetivamente, além do aumento do mercado de linha amarela, de equipamentos para construção e do cenário equilibrado de exportação, prevendo um faturamento em 2021 de R\$367 milhões (nos segmentos de rodas ferroviárias; fundidos ferroviários e industriais) dos quais 48% já se encontram em contratos assinados.

Durante o ano de 2020, a Companhia gerou fluxo de caixa livre, tornando possível a redução da dívida líquida em R\$22.945, além da liquidação antecipada e integral de empréstimo oriundos de acionistas, em novembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui capital circulante negativo de R\$41.214 (R\$21.580 em 31 de dezembro de 2019), que podendo ser liquidado através de linhas de crédito disponíveis junto a instituições financeiras no Brasil, e em havendo necessidade através de aporte financeiro de seus acionistas.

Com as medidas e os cenários apresentados, a Administração não identificou situações que possam afetar a continuidade operacional da Companhia.

1.3. COVID-19

O Covid-19 foi descoberto em dezembro de 2019, quando apareceram os primeiros casos na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China. Desde 31 de dezembro, quando do registro dos primeiros casos na China, o vírus já chegou a mais de 180 países, sendo declarada pandemia em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

O impacto da doença se refletiu também na atividade econômica mundial, que vem sofrendo perdas significativas. Diante disso, as empresas podem estar expostas a uma série de riscos estratégicos e operacionais, como atrasos ou interrupção do fornecimento de matérias-primas, mudanças nas demandas de clientes, aumento de custos, insuficiências logísticas que levam a atrasos em entregas, questões de saúde e segurança de funcionários, força de trabalho insuficiente e desafios referentes a importação e exportação de produtos.

Face ao cenário apresentado, a Companhia tem mantido monitorando constante sobre a evolução do tema e até o momento não há expectativa de impacto nas operações, visto que a fábrica continua a operar normalmente a fim de cumprir os contratos já firmados com clientes, já que os pedidos de compra estão mantidos, os faturamentos estão ocorrendo normalmente e recebimento pelas vendas também sem atrasos. Os compromissos da companhia como; Salários, Fornecedores, Tributos, entre outros estão sendo realizados normalmente e sem atrasos.

As principais medidas adotadas pela Companhia até o momento foram, as antecipações das compras de matéria prima para não impactar a produção e manter um estoque estratégico, negociações e conformações com as principais fontes de matéria prima e materiais auxiliares com a garantia que as mesmas não sofreram impactos no fornecimento por se tratar de commodities e produção automatizada.

A fim de preservar a saúde de todos os colaboradores e seus familiares e combater a propagação do COVID-19, foram adotados protocolos estabelecidos de acordo com as orientações dos órgãos competentes da localidade em que a Companhia atua. Adicionalmente, as viagens nacionais e internacionais foram canceladas, as reuniões presenciais estão sendo substituídas por vídeo conferências, o acesso de terceiros às unidades da Companhia foi restringido e o regime de trabalho vem sendo ajustado, com o objetivo de evitar ao máximo a concentração de pessoas no mesmo ambiente.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados bens do ativo imobilizado, que foram avaliados pelo custo atribuído, e, quando aplicável, instrumentos financeiros mensurados por valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base, exceto por operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo do CPC 06 (R2) - Arrendamentos (equivalente ao IFRS 16) e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido realizável mencionado no CPC 16 (R1) - Estoques (equivalente ao IAS 2) ou valor em uso na CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (equivalente à IAS 36).

c) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados em reais (R\$), moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras, que representa a moeda do principal ambiente econômico em que opera.

d) Uso de estimativas e julgamentos

Na aplicação das políticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem eventualmente divergir dessas estimativas.

As estimativas e suas premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no resultado a partir do exercício corrente.

Áreas que envolveram estimativas e julgamentos estão sendo divulgadas como segue:

- Nota explicativa nº 5 – Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa.
- Nota explicativa nº 6 - Provisão para perdas nos estoques.
- Nota explicativa nº 8 - Imposto de renda e contribuição social diferidos.
- Nota explicativa nº 15 - Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.
- Nota explicativa nº 22 - Gestão de riscos e instrumentos financeiros.

e) Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019

A Companhia, optou por reapresentar os saldos comparativos para divulgar os efeitos do processo de exclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços - ICMS na base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS transitado em julgado em 2018.

Por essa razão, o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2019 esta sendo reapresentado conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Companhia está corrigindo o erro pelo reconhecimento dos efeitos em 31 de dezembro de 2019 a fim de refletir os impactos da reversão e, portanto, procedeu os ajustes de forma retrospectiva em suas demonstrações financeiras em relação à aquelas originalmente emitidas.

Os efeitos dos ajustes contabilizados em decorrência deste procedimento, no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, são apresentadas nos itens descritos a seguir, para as demonstrações das mutações do patrimônio líquido a apresentação ocorreu em relatório único com as respectivas descrições (apresentação original e reapresentação).

A seguir estão apresentados os quadros das demonstrações financeiras, incluindo os montantes originalmente apresentados e os montantes reapresentados.

Balço patrimonial em 1º de janeiro de 2019:

<u>ATIVO</u>	<u>Referência</u>	<u>01/01/2019</u>	<u>Ajustes</u>	<u>01/01/2019</u>
		<u>Apresentado</u>		<u>Reapresentado</u>
		<u>anteriormente</u>		
CIRCULANTE				
Total do ativo circulante		82.954	-	82.954
NÃO CIRCULANTE				
Impostos a recuperar	a)	34.836	(10.857)	23.979
Depósitos judiciais recursais		9.967	-	9.967
Imposto de renda e contribuição social diferidos		30.562	-	30.562
Investimentos em coligadas		123.877	-	123.877
Direito de uso		-	-	-
Imobilizado		86.070	-	86.070
Total do ativo não circulante		285.312	(10.857)	274.455
TOTAL DO ATIVO		368.266	(10.857)	357.409
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Referência</u>	<u>01/01/2019</u>	<u>Ajustes</u>	<u>01/01/2019</u>
		<u>Apresentado</u>		<u>Reapresentado</u>
		<u>anteriormente</u>		
CIRCULANTE				
Total do passivo circulante		118.611	-	118.611
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos		113.024	-	113.024
Passivo de arrendamento		-	-	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		5.455	-	5.455
Outras obrigações	b)	1429	(218)	1.211
Total do passivo não circulante		119.908	(218)	119.690
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social		184.685	-	184.685
Reservas de lucros		3.564	-	3.564
Ajuste de avaliação patrimonial		10.005	-	10.005
Prejuízos acumulados	c)	(68.507)	(10.639)	(79.146)
Total do patrimônio líquido		129.747	(10.639)	119.108
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		368.266	(10.857)	357.409

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2019:

<u>ATIVO</u>	<u>Referência</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>Ajustes</u>	<u>31/12/2019</u>
		<u>Apresentado</u>		<u>Reapresentado</u>
		<u>anteriormente</u>		
CIRCULANTE				
Total do ativo circulante		86.832	-	86.832
NÃO CIRCULANTE				
Impostos a recuperar	a)	34.884	(10.857)	24.027
Depósitos judiciais recursais		10.192	-	10.192
Imposto de renda e contribuição social diferidos		32.890	-	32.890
Investimentos em coligadas		100.331	-	100.331
Direito de uso		105	-	105
Imobilizado		83.106	-	83.106
Total do ativo não circulante		261.508	(10.857)	250.651
TOTAL DO ATIVO		348.340	(10.857)	337.483

<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Referência</u>	<u>31/12/2019</u> <u>Apresentado</u> <u>anteriormente</u>	<u>Ajustes</u>	<u>31/12/2019</u> <u>Reapresentado</u>
CIRCULANTE				
Total do passivo circulante		108.412	-	108.412
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos		59.159	-	59.159
Fornecedores		-	-	-
Passivo de arrendamento		78	-	78
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		6.395	-	6.395
Outras obrigações	b)	1.185	(218)	967
Total do passivo não circulante		66.817	(218)	66.599
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social		261.201	-	261.201
Reservas de lucros		3.564	-	3.564
Ajuste de avaliação patrimonial		8.789	-	8.789
Prejuízos acumulados	c)	(100.443)	(10.639)	(111.082)
Total do patrimônio líquido		173.111	(10.639)	162.472
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		348.340	(10.857)	337.483

- a) Conforme mencionado refere-se ao saldo registrado de imposto a recuperar relacionado a exclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS na base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS transitado em julgado em 2018.
- b) Conforme mencionado refere-se ao saldo dos honorários advocatícios relacionado ao processo acima mencionado.
- c) Impacto na demonstração das mutações do patrimônio líquido do ajuste em prejuízos acumulados no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. IFRSs novas e alteradas em vigor no exercício corrente

<u>Norma</u>	<u>Requerimento</u>	<u>Impacto nas</u> <u>demonstrações financeiras</u>
Alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência à IFRS 9 e IFRS 7	Essas alterações modificam as exigências específicas de contabilização de hedge para permitir a manutenção da contabilização de hedge para hedges afetados durante o período de incerteza antes que os itens objetos de hedge ou instrumentos de hedge afetados pelas taxas de juros de referência atuais sejam alterados em virtude das reformas contínuas das taxas de juros de referência.	A Companhia não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras
IFRS 16—Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19	Estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19, ao introduzir um expediente prático para a IFRS 16. O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 aplicando a IFRS 16 como se a mudança não fosse uma modificação de arrendamento.	A Companhia não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

3.2. Impacto da adoção inicial das outras normas IFRSs novas e alteradas em vigor no exercício corrente

No exercício corrente, o Grupo adotou as alterações a seguir às Normas e Interpretações IFRS emitidas pelo IASB em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020. A adoção dessas Normas e Interpretações não teve nenhum impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras.

Norma	Requerimento
Alterações às Referências à Estrutura Conceitual nas Normas do IFRS	O Grupo adotou as alterações incluídas nas Alterações às Referências à Estrutura Conceitual nas Normas do IFRS pela primeira vez no exercício corrente. As alterações incluem as alterações subsequentes às Normas afetadas de modo que elas se referem à nova Estrutura. Porém, nem todas as alterações, atualizam esses pronunciamentos com relação às referências e citações contidas na Estrutura de modo que elas se referem à Estrutura Conceitual revisada. Alguns pronunciamentos são atualizados apenas para indicar a qual versão da Estrutura eles se referem (a Estrutura do IASC adotada pelo IASB em 2001, a Estrutura do IASB de 2010, ou a nova Estrutura revisada de 2018) ou para indicar que as definições na Norma não foram atualizadas com as novas definições desenvolvidas na Estrutura Conceitual revisada. As Normas alteradas são IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, e SIC-32.
Alterações à IFRS 3 – Definição de Negócios	O Grupo adotou as alterações à IFRS 3 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações esclarecem que ainda que os negócios normalmente apresentem outputs (“produtos”), os produtos não são necessários para um conjunto integrado de atividades e ativos para se qualificarem como negócios. Para serem considerados como um negócio, um conjunto adquirido de atividades e ativos deve incluir no mínimo um insumo e um processo substantivo que em conjunto contribuem significativamente para a capacidade de criar produtos.
Alterações à IAS 1 e IAS 8 – Definição de Material	O Grupo adotou as alterações à IAS 1 e IAS 8 pela primeira vez no exercício corrente. O objetivo das alterações é facilitar o entendimento da definição do que é material na IAS 1 e não o de alterar o conceito subjacente de materialidade nas Normas do IFRS. O conceito de ‘ocultação’ de informações materiais com o conceito de informações imateriais foi incluído como parte da nova definição. O limite de materialidade que influencia os usuários foi alterado de ‘possível influência’ para ‘possível influência razoável’. A definição de material na IAS 8 foi substituída pela referência à definição de material na IAS 1. Adicionalmente, o IASB alterou outras Normas e a Estrutura Conceitual que contém uma definição de material ou faz referência ao termo ‘material’ para garantir consistência .

3.3. Adoção das IFRSs novas e revisadas ainda não aplicáveis

O “International Accounting Standards Board - IASB” publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita em 1º de janeiro de 2020.

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture. As alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. Sem início de vigência definido..	A interpretação reflete a prática do que a Companhia vem adotando e suas práticas contábeis.
Alterações à IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes Vigência a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada..	A Companhia não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual Vigência a partir de 1º de janeiro de 2022.	A Companhia não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alterações à IAS 16	Imobilizado—Recursos Antes do Uso Pretendido Vigência a partir de 1º de janeiro de 2022.	A Companhia não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras
Alterações à IAS 37	Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato Vigência a partir de 1º de janeiro de 2022.	A Companhia não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020	Alterações à IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, IFRS 16 - Arrendamentos, as partir de 1º de janeiro de 2022, exceto para IFRS 16, o qual ainda não tem data definida.	A Companhia não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras

3.3.1. Demais Políticas Contábeis

a) Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita

Receita de vendas de produtos

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido, e quando há a transferência do controle ao comprador.

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. A Companhia não fornece garantia além daquela prevista por lei, em linha com a prática no setor.

b) Transações em moeda estrangeira

São convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras no encerramento de cada exercício são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no encerramento de cada exercício. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo for apurado.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários com prazos para resgate de até 90 dias contados da data da aplicação e considerados de liquidez imediata ou conversíveis em montante de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até o encerramento de cada exercício, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

d) Contas a receber de clientes e perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída considerando-se o critério de perda esperada. Há uma análise da composição do contas a receber como um todo, adotando como critério o provisionamento de todos aqueles clientes cujas faturas não apresentem expectativa de geração de benefícios econômicos futuros à Companhia.

e) Estoques

Registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor realizável líquido e das eventuais perdas, quando aplicável. O custo médio inclui gastos incorridos na aquisição, custos de produção e transformação e outros custos incorridos para trazer os estoques às localidades e condições de venda. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido de mercado é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

A Companhia realiza estimativas para avaliação da provisão para perdas nos estoques, a qual julga ser em montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis na realização dos estoques, com base na política definida pela Administração. A provisão para perdas nos estoques é constituída levando em consideração o histórico de consumo de quantidade item a item nos últimos 12 meses, comparado com o saldo de estoques existentes no exercício. Para aquelas quantidades que excederem o consumo histórico dos últimos 12 meses e que não exista nenhuma previsão de vendas futuras, uma provisão é constituída.

f) Investimentos em coligadas

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum ("joint venture"). Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados e os ativos e passivos de coligadas são incorporados nestas demonstrações financeiras pelo método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento, ou uma parcela dele, é classificado como mantido para venda, caso em que ele é contabilizado de acordo com o pronunciamento técnico CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada. De acordo com o método de equivalência patrimonial, um investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação da Companhia no resultado e em outros resultados abrangentes da coligada.

g) Imobilizado

g.1) Reconhecimento e mensuração

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e reconhecidos líquidos como "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" no resultado.

Peças de reposição de máquinas, necessárias à normalidade do funcionamento de bens do imobilizado e que resultem em aumento da vida útil do bem em período superior a 12 meses, são classificadas como imobilizado.

g.2) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente fluirão para a Companhia e seu custo possa ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção corrente no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

g.3) Depreciação

Calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais aproximadamente reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas estão demonstradas na nota explicativa nº 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados no encerramento de cada exercício, e eventuais ajustes são reconhecidos posteriormente como mudança de estimativas contábeis.

h) Avaliação do valor recuperável - "impairment"

h.1) Ativos fixos

A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso tais evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre o seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo e o seu valor de uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo ("impairment").

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

h.2) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado no encerramento de cada exercício para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

i) Provisões

i.1) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecida quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. A provisão é quantificada ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, utilizando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

É atualizada até o encerramento de cada exercício pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores jurídicos da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 15.

j) Tributação

j.1) Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base na alíquota vigente no encerramento de cada exercício, sendo de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (base anual) para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

j.2) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no encerramento de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no encerramento de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no encerramento de cada exercício ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia, no encerramento de cada exercício, espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal com o passivo fiscal e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido de seus ativos e passivos fiscais.

k) Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e da média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor nos exercícios apresentados.

l) Arrendamento

l.1 Arrendatário

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (tais como tablets e computadores pessoais, pequenos itens de móveis de escritório e telefones).

Para esses arrendamentos, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, o Grupo usa sua taxa incremental de captação.

O passivo de arrendamento é apresentado em uma linha separada no balanço patrimonial, e é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado. A Companhia remensura o passivo de arrendamento (e faz um ajuste correspondente ao respectivo ativo de direito de uso) sempre que:

- O prazo de arrendamento for alterado ou houver um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do exercício da opção de compra de ações.
- Os pagamentos de arrendamento são alterados devido a mudanças no índice ou na taxa ou uma mudança no pagamento esperado no valor residual garantido.
- O contrato de arrendamento é modificado e a alteração no arrendamento não é contabilizada como um arrendamento separado.

A Companhia não efetuou esses ajustes durante os períodos apresentados. Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados na ou antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Sempre que o Grupo assumir uma obrigação com relação aos custos para desmontar e remover um ativo arrendado, restaurar o local no qual o ativo estiver localizado ou retornar o correspondente ativo à condição exigida segundo os termos e as condições do arrendamento, a provisão é reconhecida e mensurada de acordo com a IAS 37 (CPC 25).

Os ativos de direito de uso são apresentados como uma linha separada no balanço patrimonial. O Grupo aplica a IAS 36 (CPC 01 (R1)) para determinar se o ativo de direito de uso está sujeito à redução ao valor recuperável e contabilizar eventuais perdas por redução ao valor recuperável identificadas conforme descrito na política relacionada a Avaliação do valor recuperável - "impairment".

Aluguéis variáveis que não dependem de um índice ou uma taxa não fazem parte da mensuração do passivo de arrendamento e ativo de direito de uso. Os pagamentos correspondentes são reconhecidos como despesa no período no qual o evento ou a condição que resultou nesses pagamentos ocorre e são registrados na rubrica "Outras despesas" no resultado.

m) Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração de ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos devem ser subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo com base no modelo de negócios da Companhia para gestão de ativos financeiros e nas características dos fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros.

Ativos financeiros

(i) Custo amortizado

São reconhecidos a custo amortizado os ativos financeiros mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: “Caixa e equivalentes de caixa”, “Contas a receber de clientes” e “Outros créditos”.

(ii) Valor justo por meio do resultado

São reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado os ativos que: (i) não se enquadram nos modelos de negócios para quais seria possível a classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) os ativos financeiros que são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos.

Mensuração inicial

No reconhecimento inicial a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro. Para o contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação.

Mensuração subsequente

Observando a classificação dos ativos a mensuração subsequente será:

(i) Custo amortizado

Esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período.

(iii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Em relação à redução ao valor recuperável de ativos financeiros, a CPC 38 requer um modelo de perdas de crédito esperadas em contrapartida a um modelo de perdas de crédito incorridas de acordo com a CPC 38 (IFRS 9). O modelo de perdas de crédito esperadas requer que a Companhia contabilize as perdas de crédito esperadas e as variações nessas perdas de crédito esperadas em cada data de relatório para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial dos ativos financeiros. Em outras palavras, não é mais necessário que um evento de crédito ocorra antes que as perdas de crédito sejam reconhecidas. Especificamente, a CPC 38 (IFRS9) requer que a Companhia reconheça uma provisão para perdas de crédito esperadas sobre o contas a receber. Em particular, a CPC 38 (IFRS9) requer que a Companhia mensure a provisão para perdas para um instrumento financeiro em valor equivalente à perda de crédito esperada (PCE) durante a vida útil se o risco de crédito relacionado a esse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, ou se o instrumento financeiro corresponder a um ativo financeiro sujeito a redução ao valor recuperável adquirido ou originado.

Porém, se o risco de crédito relacionado a um instrumento financeiro não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial (exceto para um ativo financeiro sujeito a redução ao valor recuperável adquirido ou originado), a Companhia deve mensurar a provisão para perdas para aquele instrumento financeiro em um valor correspondente à PCE do período de 12 meses. A CPC 38 (IFRS9) requer ainda uma abordagem simplificada para a mensuração da provisão para perdas em um valor correspondente à PCE durante a vida útil para contas a receber, ativos de contrato e valores a receber de arrendamento em determinadas circunstâncias.

Dentre os ativos financeiros mantidos pela Companhia, estão sujeitos ao reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável, as contas a receber de clientes (vide nota explicativa nº 5). As atividades da Companhia estão organizadas no segmento ferroviário, sendo a grande maioria das suas contas a receber com poucos clientes e de adequada saúde financeira e, por esse motivo, a perda com recebíveis no exercício findo em 2019 não apresentou nenhuma variação. Logo, resultados da Companhia não apresentaram impactos relevantes na adoção do reconhecimento de perdas de crédito.

Passivos financeiros

Classificação

Os passivos financeiros da Companhia são classificados em:

- (i) Custo amortizado, representado por fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Reconhecimento inicial

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos do custo da transação (no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, e contas a pagar). A Companhia possui como passivos financeiros: contas a pagar, empréstimos e financiamentos. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Observando a classificação dos passivos a mensuração subsequente será:

- (ii) Custo amortizado

Os passivos classificados como custo amortizado são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos e no reconhecimento da amortização.

- (iii) Valor justo por meio do resultado

Os passivos classificados a valor justo por meio do resultado são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa e bancos	1.670	805
Aplicações financeiras de liquidez imediata	<u>7.020</u>	<u>12</u>
Total	<u>8.690</u>	<u>817</u>

Em 31 de dezembro de 2020, as aplicações financeiras mantidas pela Companhia são representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, compromissadas, distribuídas em diversas instituições financeiras com remuneração de 98,0% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (75,0% em 31 de dezembro de 2019), e estão classificadas como caixa e equivalentes de caixa, por possuírem prazo máximo de 90 dias para resgate e serem consideradas ativos financeiros com garantia de resgate imediato, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Composição

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
No Brasil	9.698	14.605
No exterior	19.667	13.589
Partes relacionadas (nota explicativa nº 9)	11.160	1.464
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	<u>(554)</u>	<u>(702)</u>
Total	<u>39.971</u>	<u>28.956</u>
Ativo circulante	31.571	28.956
Ativo não circulante (*)	8.400	-

(*) A parcela do não circulante refere-se a um acerto de contas entre partes relacionadas, associada ao evento de garantia comentado na nota explicativa nº1.

b) Saldos por idade de vencimento

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
A vencer	36.787	25.028
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	3.076	3.912
De 31 a 60 dias	107	12
De 61 a 90 dias	1	4
Acima de 91 dias	<u>554</u>	<u>702</u>
Total	<u>40.525</u>	<u>29.658</u>

A movimentação na perda esperada para créditos de liquidação duvidosa foi como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo no início do exercício	(702)	(696)
Reversões	218	28
Adições	<u>(70)</u>	<u>(34)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>(554)</u>	<u>(702)</u>

6. ESTOQUES

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Produtos acabados	4.811	8.429
Produtos em elaboração	10.052	9.321
Matérias-primas	3.216	2.598
Materiais auxiliares	15.572	12.973
Adiantamentos a fornecedores	6.202	6.535
Importações em andamento	2.649	1.585
Provisão para perdas	<u>(1.509)</u>	<u>(1.530)</u>
Total	<u>40.993</u>	<u>39.911</u>

A movimentação na provisão para perdas em estoques foi como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo no início do exercício	(1.530)	(65)
Reversões	1.456	150
Adições	<u>(1.435)</u>	<u>(1.615)</u>
Saldo no fim do exercício	<u><u>(1.509)</u></u>	<u><u>(1.530)</u></u>

7. IMPOSTOS A RECUPERAR (REAPRESENTADO)

	<u>2020</u>	<u>2019</u> (Reapresentado)
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (*)	25.654	30.338
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (**)	2.704	4.704
Programa de Integração Social - PIS	843	929
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	5.473	991
Reintegração de Valores Tributários para Exportadores - REINTEGRA	439	682
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	965	659
Outros	191	140
Total	<u><u>36.269</u></u>	<u><u>38.443</u></u>
Ativo circulante	17.974	14.416
Ativo não circulante	18.295	24.027

(*) A Companhia obteve a liberação de parte dos créditos de ICMS com Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Um montante de R\$4.994 em novembro de 2020 e R\$15.888 em outubro de 2019. Estes créditos estão sendo utilizados para pagamentos de fornecedores (sendo o principal deles parte relacionada).

(**) A Companhia obteve o trânsito em julgado do processo de exclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços - ICMS na base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, o respectivo crédito foi integralmente reconhecido no não circulante. Vale salientar que o saldo está sendo reapresentado, pois a companhia decidiu por alterar a metodologia de cálculo anteriormente utilizada conforme orientações de seus assessores jurídicos, vide impactos descritos na nota 2.e) acima.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (REAPRESENTADO)

a) Diferidos

	<u>2020</u>	<u>2019</u> (Reapresentado)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18.874	18.204
Provisão para perdas nos estoques	513	520
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	188	239
Provisão para garantia	973	43
Participação nos lucros	1.637	527
Outras	1.990	1.475
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	93.577	98.503
Provisão para créditos sem expectativa de realização	(40.911)	(43.623)
Custo atribuído ao imobilizado	(3.938)	(5.334)
Mais-valia de investimento avaliado a valor justo	(27.100)	(28.683)
Diferença de critério de depreciação	(8.171)	(8.981)
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	<u>37.632</u>	<u>32.890</u>

Com base em projeções de lucros tributáveis aprovados pelos órgãos da Administração, a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente do imposto de renda e contribuição social diferidos nos seguintes exercícios:

<u>Ano</u>	<u>R\$</u>
2021	1.881
2022	3.056
2023	4.124
2024	6.477
2025	7.021
2026 em diante	15.073
Total	<u>37.632</u>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando-se em consideração diversas premissas financeiras e de negócios que estão sendo implementadas conforme planos executados pela Administração, conforme descrito na nota explicativa nº 1. Dessa forma, a Administração da Companhia entende que a recuperação dos créditos tributários é considerada provável.

b) Conciliação das alíquotas fiscais do imposto de renda com sua taxa efetiva

A conciliação do crédito (despesa) calculado pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e do montante de imposto de renda e contribuição social registrado no resultado é demonstrada como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.048)	(35.475)
Alíquota combinada - %	34	34
Benefício de imposto de renda e contribuição social à alíquota combinada	<u>696</u>	<u>12.062</u>
Diferenças permanentes		
Equivalência patrimonial	567	(6.423)
Outros impactos permanentes	(116)	(51)
Realização (provisão) para créditos sem expectativa de realização	<u>232</u>	<u>(3.260)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u><u>1.379</u></u>	<u><u>2.328</u></u>
Corrente	(3.363)	-
Diferidos	4.742	2.328
(*)	67%	7%

(*) Imposto de renda e contribuição social no resultado como percentual do prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social.

9. PARTES RELACIONADAS

a) Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração, conforme estatuto, estão apresentados a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Pessoal-chave da Administração (salários e benefícios)	<u><u>2.204</u></u>	<u><u>2.372</u></u>

b) Foram celebradas no curso normal dos negócios da Companhia as operações entre partes relacionadas a preços, prazos e encargos financeiros, de acordo com as condições estabelecidas entre as partes. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios findos naquelas datas, relativas às operações com partes relacionadas, são detalhados a seguir:

	2020			
	Ativo	Passivo	Resultado	
	Contas a receber	Fornecedores/ /patente por royalties	Vendas	Compras
lochpe-Maxion S.A. - R\$ - (i)	2	3.450	-	38.718
Amsted Rail Company, Inc.- US\$ - (ii)	-	443	35.341	-
Amsted Rail Brasil Equipamentos Ferroviários Ltda. - R\$	-	11	30	23
Greenbrier Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A. - R\$	<u>11.158</u>	<u>135</u>	<u>99.639</u>	<u>3.686</u>
Total	<u><u>11.160</u></u>	<u><u>4.039</u></u>	<u><u>135.010</u></u>	<u><u>42.427</u></u>

	2019			
	Ativo	Passivo	Resultado	
	Contas a receber	Fornecedores/ mútuo/patente por royalties	Vendas	Compras
lochpe-Maxion S.A. - R\$ - (i)	3	5.314	-	59.447
Amsted Rail Company, Inc.- US\$ - (ii)	853	557	62.168	60
Amsted Rail Brasil Equipamentos Ferroviários Ltda. - R\$	-	9	2.353	781
The Greenbrier Companies Inc. - US\$ (ii)	-	18.492	-	-
Greenbrier Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A. - R\$	608	176	77.033	1.094
Total	1.464	24.548	141.554	61.382

- (i) A Companhia efetua compra de sucata da controladora em conjunto lochpe-Maxion S.A.
- c) A Companhia adquire matérias-primas de componentes ferroviários, da controladora em conjunto Amsted Rail Brasil Equipamentos Ferroviários Ltda. e de sua coligada Greenbrier Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A.. Contratos de serviços compartilhados (“share services agreement”)
- (i) Em 29 de fevereiro de 2000, a Companhia e a controladora em conjunto lochpe-Maxion S.A., visando à redução de custos e despesas, firmaram um contrato pelo qual é regulamentado o compartilhamento da infraestrutura e das instalações localizadas na unidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo, uma vez que suas unidades são adjacentes e localizadas no mesmo complexo industrial. Cada uma das partes arca com o custo relativo à manutenção e administração das instalações localizadas em sua propriedade e ambas arcam com quaisquer investimentos destinados ao aumento ou desenvolvimento da capacidade produtiva das instalações no caso de o projeto ser do interesse de todas. O contrato tem vigência de 25 anos. Despesas de infraestrutura e instalações que compõem esse contrato, lançadas em despesas gerais e administrativas, somaram R\$698 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R\$228 em 31 de dezembro de 2019).
- (ii) Em 6 de maio de 2015, a Companhia e sua coligada Greenbrier Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A., visando à redução de custos e despesas, firmaram um contrato pelo qual é regulamentado o compartilhamento da infraestrutura e gestão, que compreende, entre outros, funcionários, técnicos, empreiteiros, equipamentos e materiais (Estrutura Administrativa), estando abrangido pelo contrato o compartilhamento das despesas dos seguintes setores corporativos: Diretoria, Informática, Contabilidade, Tesouraria, Vendas e Marketing. Despesas de infraestrutura e instalações que compõem esse contrato, lançadas em outras receitas operacionais, somaram R\$2.855 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R\$2.034 em 31 de dezembro de 2019).

10. INVESTIMENTOS EM COLIGADAS

a) Movimentação

A investida Greenbrier Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado que tem como atividades produtivas a fabricação, usinagem, montagem, distribuição e venda de máquinas ferroviárias, bem como sua importação e exportação.

	Saldo em 31/12/2019	Amortizações/ baixas	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2020
Greenbrier Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A.	15.766	-	1.668	17.434
Mais-valia	110.250	-	-	110.250
(-) Amortização da mais-valia	(25.685)	(4.655)	-	(30.340)
Total líquido	<u>100.331</u>	<u>(4.655)</u>	<u>1.668</u>	<u>97.344</u>

	Saldo em 31/12/2018	Amortizações/ baixas	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2019
Greenbrier Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A.	34.657	-	(18.891)	15.766
Mais-valia	110.250	-	-	110.250
(-) Amortização da mais-valia	(21.030)	(4.655)	-	(25.685)
Total líquido	<u>123.877</u>	<u>(4.655)</u>	<u>(18.891)</u>	<u>100.331</u>

Movimentação da mais-valia:

	2018	Amortizações	2019	Amortizações	2020
Rentabilidade futura	64.977	-	64.977	-	64.977
Carteira de clientes	19.127	(4.425)	14.702	(4.425)	10.277
Marca	4.367	-	4.367	-	4.367
Imobilizado	749	(230)	519	(230)	289
Total	<u>89.220</u>	<u>(4.655)</u>	<u>84.565</u>	<u>(4.655)</u>	<u>79.910</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável, e, dessa forma, nenhuma provisão para "impairment" foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

b) Informações da empresa coligada

2020								
	Nº de ações (em lote de mil)	Participação no capital social (%)	Ativo	Passivo	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro do exercício
Greenbrier Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A.	48.326	40,0	488.781	444.589	87.707	44.192	687.536	5.011
2019								
	Nº de ações (em lote de mil)	Participação no capital social (%)	Ativo	Passivo	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Prejuízo do exercício
Greenbrier Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A.	48.326	40,0	423.651	384.470	87.707	39.181	418.323	(46.087)

11. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação %	2020			2019
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edificações e benfeitorias	5,55	53.146	(26.716)	26.340	27.306
Máquinas e equipamentos	11	169.974	(125.254)	44.720	39.972
Moldes	18	33.808	(31.316)	2.492	3.558
Móveis e utensílios	7	4.539	(2.166)	2.373	900
Equipamentos de computação	31,5	5.537	(4.025)	1.512	1.400
Outras imobilizações	2,25	34	(16)	18	1
Terrenos	-	875	-	875	875
Obras em andamento	-	3.557	-	3.557	7.496
Peças de reposição de máquinas	-	2.425	(827)	1.598	1.598
Total		273.895	(190.320)	83.575	83.106

Movimentação do custo - 2020

	2019	2020			Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	
Edificações e benfeitorias	53.075	-	-	71	53.146
Máquinas e equipamentos	158.115	1.228	-	10.631	169.974
Moldes	33.596	-	-	212	33.808
Móveis e utensílios	2.855	-	-	1.684	4.539
Equipamentos de computação	4.904	-	-	633	5.537
Outras imobilizações	15	-	-	19	34
Terrenos	875	-	-	-	875
Obras em andamento (*)	7.496	9.572	-	(13.511)	3.557
Peças de reposição de máquinas	2.425	-	-	-	2.425
Total	263.356	10.800	-	(261)	273.895

(*) Saldo convertido para a linha de direito de uso, conforme expediente prático contido no CPC 06 (R2).

Movimentação da depreciação - 2020

	2019	2020			Depreciação acumulada
	Depreciação acumulada	Adições	Baixas	Transferências	
Edificações e benfeitorias	(25.769)	(1.031)	84	-	(26.716)
Máquinas e equipamentos	(118.143)	(7.114)	3	-	(125.254)
Moldes	(30.038)	(1.278)	-	-	(31.316)
Móveis e utensílios	(1.955)	(211)	-	-	(2.166)
Equipamentos de computação	(3.504)	(521)	-	-	(4.025)
Outras imobilizações	(14)	(2)	-	-	(16)
Peças de reposição de máquinas	(827)	-	-	-	(827)
Total	(180.250)	(10.157)	87	-	(190.320)

Movimentação do custo - 2019

	2018	2019			Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	
Edificações e benfeitorias	53.075	-	-	-	53.075
Máquinas e equipamentos	156.242	200	(194)	1.867	158.115
Moldes	33.566	-	-	30	33.596
Móveis e utensílios	2.735	-	-	120	2.855
Veículos (*)	412	-	-	(412)	-
Equipamentos de computação	4.775	-	-	129	4.904
Outras imobilizações	15	-	-	-	15
Terrenos	875	-	-	-	875
Obras em andamento	2.610	7.032	-	(2.146)	7.496
Peças de reposição de máquinas	2.425	-	-	-	2.425
Total	256.730	7.232	(194)	(412)	263.356

(*) Saldo convertido para a linha de direito de uso, conforme expediente prático contido no CPC 06 (R2).

Movimentação da depreciação - 2019

	2018	2019			Depreciação acumulada
	Depreciação acumulada	Adições	Baixas	Transferências	
Edificações e benfeitorias	(24.822)	(1.031)	84	-	(25.769)
Máquinas e equipamentos	(111.428)	(6.717)	2	-	(118.143)
Moldes	(28.510)	(1.528)	-	-	(30.038)
Móveis e utensílios	(1.800)	(155)	-	-	(1.955)
Veículos (*)	(216)	(152)	61	(307)	-
Equipamentos de computação	(3.043)	(461)	-	-	(3.504)
Outras imobilizações	(14)	-	-	-	(14)
Peças de reposição de máquinas	(827)	-	-	-	(827)
Total	(170.660)	(10.044)	147	(307)	(180.250)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável, e, dessa forma, nenhuma provisão para "impairment" foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Indexador	Taxa efetiva anual de juros - %	2020	2019
Moeda nacional:				
Financiamento - partes relacionadas	CDI + 2%	6,49	-	4.897
NCE	129,0% CDI	5,71	-	3.339
NCE	130,0% CDI	2,48	35.026	40.067
NCE	148,5% CDI	6,60	-	5.011
NCE	CDI+1,25%	3,17	20.198	20.292
NCE	CDI+1,95%	3,89	3.504	3.506
NCE	CDI+2,25%	4,19	8.037	10.524
NCE	CDI+2,40%	6,91	-	4.009
NCE	CDI+4,46%	6,44	4.503	-
NCE	CDI+2,70%	4,65	6.018	-
NCE	CDI+2,78%	4,73	10.015	-
ACC	-	6,10	2.155	12.004
CONFIRMING	-	7,59	1.067	4.315
FINAME	TLP+4,02%	7,97	298	394
FINAME	TLP+3,82%	7,77	272	357
CAPITAL DEGIRO	CDI+4,15%	6,13	2.008	-
CAPITAL DE GIRO	CDI+3,98%	5,96	9.002	-
CAPITAL DE GIRO	CDI+3,70%	5,67	10.080	-
Moeda estrangeira:				
Financiamento - partes relacionadas	-	8,00	-	18.492
Total			112.183	127.207
Passivo circulante			88.898	68.048
Passivo não circulante			23.285	59.159

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	2020	2019
Saldo em 31 de dezembro	127.207	184.185
Captações	48.289	53.102
Provisão de juros	6.194	14.464
Amortização do principal	(72.271)	(107.678)
Pagamento de juros	(7.049)	(20.068)
Transferência para o passivo de arrendamento	-	(138)
Variação cambial	9.813	3.340
Saldo em 31 de dezembro	112.183	127.207

As parcelas registradas no passivo não circulante possuem o seguinte prazo de vencimento:

2022	<u>23.285</u>
Total	<u><u>23.285</u></u>

13. FORNECEDORES

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
No País	50.205	20.696
Partes relacionadas (nota explicativa nº 9)	<u>3.596</u>	<u>602</u>
Total	<u><u>53.801</u></u>	<u><u>21.298</u></u>
Circulante	33.387	21.298
Não circulante (*)	20.414	-

(*) A parcela não circulante está relacionada ao evento de garantia mencionada na nota explicativa nº1.

14. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Encargos sociais	2.791	3.505
Provisão para férias	6.437	5.505
Participação nos resultados	<u>4.815</u>	<u>1.551</u>
Total	<u><u>14.043</u></u>	<u><u>10.561</u></u>

15. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS - (REAPRESENTADO)

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e quanto às ações trabalhistas, com base em experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Processos tributários:		
Federais	48.251	46.249
Processos trabalhistas	5.886	5.920
FGTS - Adicional 10%	1.354	1.354
Processos cíveis	<u>20</u>	<u>17</u>
	55.511	53.540
Depósitos judiciais	<u>(49.140)</u>	<u>(47.145)</u>
Total	<u><u>6.371</u></u>	<u><u>6.395</u></u>

As movimentações durante os exercícios são apresentadas a seguir:

	Saldo em 2019	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualizações	Saldo em 2020
Processos tributários:						
Federais	46.249	2.637	-	(1.292)	657	48.251
Processos trabalhistas	5.920	1.725	(1.759)	-	-	5.886
FGTS - Adicional 10%	1.354	-	-	-	-	1.354
Processos cíveis	17	6	(3)	-	-	20
Total	53.540	4.368	(1.762)	(1.292)	657	55.511
Depósitos judiciais	(47.145)	(2.612)	1.292	-	(675)	(49.140)
	Saldo em 2018	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualizações	Saldo em 2019
Processos tributários:						
Federais	44.407	315	-	-	1.527	46.249
Processos trabalhistas	5.065	1.991	(1.206)	-	70	5.920
FGTS - Adicional 10%	998	356	-	-	-	1.354
Processos cíveis	16	1	-	-	-	17
Total	50.486	2.663	(1.206)	-	1.597	53.540
Depósitos judiciais	(45.031)	(660)	-	-	(1.454)	(47.145)

A seguir, uma breve descrição dos processos em que a Companhia figura como partes, de acordo com sua natureza:

Processos de natureza tributária

	2020			2019		
	Montante provisionado	Depósitos judiciais vinculados	Passivo líquido	Montante provisionado	Depósitos judiciais vinculados	Passivo líquido
PIS/COFINS (a)	25.852	25.803	49	26.611	(26.553)	58
FGTS - Adicional 10% (c)	1.354	1.354	-	1.354	(1.354)	-
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (b)	22.001	21.983	18	19.252	(19.238)	14
Total	49.207	49.140	67	47.217	(47.145)	72

- (a) Discussões judiciais questionando a cobrança das contribuições sobre: comissões de agentes e "royalties" pagos ao exterior
- (b) Discussões judiciais relativas à cobrança de INSS sobre 1/3 de férias, afastamento e Seguro de Acidente do Trabalho - SAT, bem como encargos sobre aviso prévio indenizado.
- (c) Discussões judiciais relativas à cobrança de 10% de adicional sobre FGTS nas rescisões de contrato de trabalho.

Reclamações trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia figurava como parte em 77 processos trabalhistas (83 em 31 de dezembro de 2019). Os principais temas abordados nesses processos versam sobre doenças ocupacionais, acidentes, adicionais de insalubridade e periculosidade, horas extras, equiparações salariais e verbas rescisórias, entre outros, não existindo processos de valor individualmente relevante. O montante total discutido é de R\$17.360 (R\$18.865 em 31 de dezembro de 2019), para o qual a provisão no valor de R\$5.886 (R\$5.920 em 31 de dezembro de 2019) foi constituída com base em informações históricas representando a melhor estimativa para as perdas de risco provável.

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco remoto, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização nem sua divulgação.

Reclamações tributárias e cíveis

A Companhia possui ações em andamento de natureza tributária e cível que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus assessores jurídicos como possível. Em 31 de dezembro de 2020, esses processos totalizavam aproximadamente R\$150.025 (R\$139.852 em 31 de dezembro de 2019).

O principal processo de natureza possível está descrito a seguir:

- Auto de infração sobre o suposto não recolhimento de ICMS na unidade de Cruzeiro, no montante de R\$111.399 em 31 de dezembro de 2020 (R\$110.174 em 2019).

Depósitos judiciais recursais

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os saldos são representados basicamente por depósitos judiciais relativos a reclamações trabalhistas e processos tributários. Tais depósitos, que não envolvem obrigações correntes, foram necessários para dar andamento aos processos. Na opinião da Administração e de seus assessores jurídicos, a probabilidade de perda não é considerada como provável e, portanto, não foi constituída provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Depósitos judiciais recursais:		
Federal	5.556	7.663
Trabalhistas	<u>2.209</u>	<u>2.529</u>
Total dos depósitos judiciais recursais	<u>7.765</u>	<u>10.192</u>

Ativos contingentes - (reapresentado)

Obtivemos o trânsito em julgado do processo: 2006.61.21.003823-00003823-20.2006.4.03.6121 referente ao ICMS na base de cálculo da COFINS. Suspensão a partir da competência de 12/2006 da exigibilidade da COFINS sobre valores a título de ICMS e compensação dos valores recolhidos até 11/1996.

Como ainda existe uma discussão jurídica sobre os valores da base de cálculo (valor destacado ou valor pago) que será julgado pelo STF a companhia ainda não homologou os respectivos créditos, porém reconheceu no ano de 2018 os valores referentes a este processo no montante de R\$2.561, incluindo os honorários advocatícios de R\$154 na rubrica de outras contas a pagar no não circulante.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$153.683 em 31 de dezembro de 2020 (R\$261.201 em 31 de dezembro de 2019), e está representado por 16.635.854.860 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 28 de outubro de 2019, houve um aumento de capital social mediante a emissão de 13.708.339.276 novas ações. Este capital foi integralizado pelo Acionistas, Amsted Rail Brasil Equipamentos Ferroviários Ltda. R\$28.885, pelo acionista lochpe Maxion S.A. R\$28.885 e pelo acionista Greenbrier do Brasil Participações Ltda R\$18.746, sendo R\$76.516 mediante a depósito bancário.

Em 18 de dezembro de 2020, foi deliberado que a reserva legal seria utilizada para absorção de prejuízos acumulados no valor de R\$3.564, e também nesta mesma data houve a aprovação para a redução do Capital Social para compensação de Prejuízos Acumulados no valor de R\$107.518.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Constituído em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado (custo atribuído), com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social correspondentes estão classificados no passivo não circulante e estão sendo realizados por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra prejuízos acumulados, líquida dos encargos tributários.

c) Distribuição de lucros

O lucro do exercício, quando positivo, será apurado em conformidade com os termos do artigo 191 da Lei nº 6.404/76 e terá a seguinte destinação: (i) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social; (ii) 25% para a distribuição de dividendos obrigatórios; e (iii) 70% do restante que não for apropriado à reserva estatutária de investimento e de capital de giro ou retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral Ordinária que será destinada como dividendo suplementar aos acionistas.

O pagamento de dividendos (mínimo obrigatório) no montante de R\$119 a seus acionistas de forma proporcional a sua participação, será objeto de discussão na próxima reunião de acionistas.

d) Prejuízo por ação - (Reapresentado)

O prejuízo por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e na respectiva quantidade média de ações em circulação, conforme o quadro a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
		(Reapresentado)
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(669)	(33.147)
Quantidade média ponderada de ações	16.635.855	28.274.461
Prejuízo do exercício por ação - básico e diluído - R\$	(0,00004)	(0,00117)

A Companhia não possui instrumentos dilutivos e, por isso, o prejuízo por ação básico é igual ao diluído.

17. RECEITA LÍQUIDA

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita bruta de vendas:		
Vendas de produtos	394.966	381.346
Serviços prestados	2.169	344
Deduções:		
Impostos sobre as vendas e serviços	(33.365)	(26.736)
Devoluções e cancelamentos do exercício	(972)	(2.835)
Receita líquida de vendas e serviços	<u>362.798</u>	<u>352.119</u>

18. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas financeiras:		
Descontos obtidos e juros ativos	716	608
Outras	14	618
Total	<u>730</u>	<u>1.226</u>
Despesas financeiras:		
Juros e encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	(6.988)	(15.332)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(22)	(26)
Outras	(369)	(472)
Total	<u>(7.379)</u>	<u>(15.830)</u>

19. VARIAÇÃO CAMBIAL, LÍQUIDA

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Variação cambial ativa	14.321	20.503
Variação cambial passiva	(18.798)	(23.304)
Total	<u>(4.477)</u>	<u>(2.801)</u>

20. DESPESAS POR NATUREZA

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Matéria-prima	(102.302)	(100.796)
Salários, encargos e benefícios	(98.858)	(99.538)
Materiais e manutenção	(70.819)	(77.826)
Energia elétrica	(18.817)	(20.662)
Depreciação	(10.157)	(10.044)
Depreciação de direito de uso	(155)	(351)
Serviços prestados por terceiros	(10.287)	(9.918)
Fretes	(6.201)	(9.077)
Locomoção e comunicação	(939)	(1.405)
Honorários da Administração	(2.204)	(2.372)
Comissões e "royalties"	(3.059)	(2.219)
Garantia de produtos	(17.541)	(136)
Outras	(6.244)	(8.309)
Total	<u>(347.583)</u>	<u>(342.653)</u>

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Classificadas como:		
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(302.320)	(314.671)
Despesas com vendas	(30.761)	(16.166)
Despesas gerais e administrativas	(12.298)	(9.444)
Honorários da Administração	<u>(2.204)</u>	<u>(2.372)</u>
Total	<u>(347.583)</u>	<u>(342.653)</u>

21. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Outras receitas:		
Recuperação de despesas e créditos	1.292	-
Outras receitas	<u>232</u>	<u>325</u>
	<u>1.524</u>	<u>325</u>
Outras despesas:		
Contingências tributárias e trabalhistas	(1.916)	(2.183)
Impostos federais e estaduais	(1.024)	(840)
Multas	(5)	(161)
Contribuição para associação de classe	(439)	(461)
Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU	(192)	(196)
Projeto Formare	(48)	(78)
Amortização de intangível	(4.655)	(4.655)
Covid-19	(535)	-
Outras despesas	<u>(515)</u>	<u>(396)</u>
	<u>(9.329)</u>	<u>(8.970)</u>
Total de outras despesas operacionais, líquidas	<u>(7.805)</u>	<u>(8.645)</u>

22. GESTÃO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - REAPRESENTADO

a) Considerações gerais e políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratadas aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle interno, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política relativa à contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é também aprovada pelo Conselho de Administração de sua controladora em conjunto lochpe-Maxion S.A., sendo subsequentemente analisada de forma periódica em relação à exposição ao risco que a Administração pretende proteger (câmbio). A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em nenhum outro ativo de risco. Os resultados obtidos dessas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequadas. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Instrumentos financeiros derivativos: durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia não contratou nenhum instrumento financeiro derivativo.

Classificação dos instrumentos financeiros - por categoria

	Nota explicativa	2020	2019 (Reapresentado)
<u>Ativos financeiros</u>			
Custo amortizado:			
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.690	817
Contas a receber de clientes	5	39.971	28.956
Depósitos judiciais recursais	15	7.765	10.192
Outros créditos		3.002	1.466
Total		<u>59.428</u>	<u>41.431</u>
<u>Passivos financeiros</u>			
Custo amortizado:			
Empréstimos e financiamentos e passivos de arrendamento	12 e 23	112.357	127.429
Fornecedores (incluem partes relacionadas)	13	53.801	21.298
"Royalties" a pagar		443	683
Adiantamento de clientes		54	3.181
Outras obrigações		6.709	4.684
Total		<u>173.364</u>	<u>157.275</u>

b) Valores justos

A Companhia aplica as regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros conforme o pronunciamento técnico CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - outras informações, exceto aquelas incluídas no Nível 1, pelas quais os preços cotados (não ajustados) são para os ativos e passivos similares (diretamente como preços ou indiretamente como derivados dos preços) em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado ou substancialmente quanto à integralidade dos termos dos ativos ou passivos.
- Nível 3 - informações disponíveis em virtude de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que não são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos (não observáveis).

Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa ou agência reguladora, entre outros, e aqueles preços representarem transações de mercado reais e que ocorram regularmente em bases puramente comerciais; sendo assim, o valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados no encerramento de cada exercício, estando incluído no Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativo de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.

No caso da Companhia, os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como contas-correntes bancárias, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores de curto prazo, apresentam-se por valores próximos de mercado.

Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado no qual a Companhia está inserida e confiam o menos possível nas estimativas específicas desta.

Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem fornecidas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2. Caso as informações sejam oriundas de dados internos da Companhia, o instrumento estará incluído no Nível 3.

c) Gestão de riscos financeiros

As operações da Companhia estão sujeitas aos seguintes fatores de risco:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia ter perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de “rating”.

As receitas, quase em sua totalidade, são distribuídas entre as operadoras logísticas ferroviárias, mineradoras e fabricante de veículos fora de estrada. A Administração da Companhia acredita que constitui provisões suficientes para fazer frente ao não recebimento, e não há diferenças entre o valor justo e contábil dessas provisões

(vide valor da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa na nota explicativa nº 5). Adicionalmente, uma parcela significativa de suas vendas é feita com partes relacionadas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9.

Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia, a área de Tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e aos montantes disponíveis em caixa e equivalentes de caixa. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, o cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, quando aplicável, as exigências regulatórias externas ou legais (por exemplo, restrições de moeda). Por meio de sua política de gestão de riscos, a Companhia define limite mínimo de caixa e indicadores financeiros de gestão da dívida.

O quadro a seguir representa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

	2020		2019	
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos (Reapresentado)
Empréstimos e financiamentos (incluem passivos de arrendamento)	89.031	23.326	68.192	59.237
Fornecedores (incluem partes relacionadas)	33.387	20.414	21.298	-
“Royalties” a pagar	443	-	683	-
Outras obrigações	6.359	350	3.717	967
Total	<u>129.220</u>	<u>44.090</u>	<u>93.890</u>	<u>60.204</u>

Risco de flutuação nos preços de aço

Uma parcela significativa das operações da Companhia depende da capacidade de adquirir aço e alumínio a preços competitivos. Caso o preço do aço e alumínio tenha um acréscimo significativo e a Companhia não consiga repassar esse aumento ao preço dos produtos ou reduzir custos operacionais para compensar esse aumento, a margem operacional será reduzida. No entanto, parte significativa dos contratos da companhia com clientes brasileiros e internacionais, preveem mecânicas de reajuste para compensação de parte deste risco.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia estar sujeita aos ganhos ou às perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

	2020		2019	
	Indexador	R\$	Indexador	R\$
Aplicações Financeiras	CDI	7.020	CDI	12
Empréstimos e financiamentos	CDI	108.391	CDI	91.645
Empréstimos e financiamentos	TLP	570	TLP	751

Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros, além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. A Companhia possui política específica para a contratação de operações de “hedge” para mitigar esses riscos. Os principais ativos e passivos sujeitos aos riscos cambiais são:

	2020		2019	
	US\$	R\$	US\$	R\$
Contas a receber	3.785	19.667	3.583	13.589
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	-	-	(4.588)	(18.492)
Exposição líquida	<u>3.785</u>	<u>19.667</u>	<u>(1.005)</u>	<u>(4.903)</u>

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e na taxa de juros

Os instrumentos financeiros, estão expostos às variações de valor justo em decorrência da flutuação, principalmente, de taxas de câmbio e taxas de juros do CDI e TLP. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros a essas variáveis são apresentadas a seguir:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou como risco de mercado que mais pode afetar o valor dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo o risco de taxas de CDI e de câmbio do dólar norte-americano/real.

(ii) Seleção dos cenários

No quadro a seguir foram considerados três cenários de risco para os indexadores de moeda desses passivos financeiros, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Além desse cenário, foram apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% das variáveis do risco consideradas, para os quais se tomou como base 31 de dezembro de 2020.

A Administração não considerou a análise de sensibilidade para o cenário provável na desvalorização do real sobre o dólar norte-americano por considerar que este reflete substancialmente as variações cambiais já registradas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Os cenários possíveis e remotos consideram variações de 25% e 50%, respectivamente, nas taxas de juros de CDI em relação às cotações de fechamento em 31 de dezembro de 2020:

	Cenários		
	Provável	Possível -25%	Remoto -50%
Aplicações financeiras – CDI			
CDI em 31 de dezembro de 2020	2,70%	2,03%	1,35%
Saldo contábil considerando a receita financeira estimada	190	142	95
Efeito	-	(47)	(95)

Empréstimos e financiamentos – CDI	Cenários		
	Provável	Possível +25%	Remoto +50%
CDI em 31 de dezembro de 2020	2,92%	3,65%	4,38%
Saldo contábil considerando a despesa financeira estimada	3.163	3.953	4.744
Efeito	-	791	1.581

Para a análise de sensibilidade da exposição cambial em 31 de dezembro de 2020, a Companhia considerou os saldos conforme demonstrado na exposição cambial do item “Risco de taxa de câmbio”.

Considerando essas exposições cambiais, em 31 de dezembro de 2020, a análise de sensibilidade quanto à posição em aberto é como segue:

Risco da Companhia	Ganhos	
	Cenário possível	Cenário remoto
Aumento da cotação do dólar norte-americano	246	295

O cenário possível considera uma valorização do dólar norte-americano em 25% sobre o real, considerando a taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2020 de R\$6,4959/US\$1,00, e o cenário remoto, uma valorização de 50% R\$7,7951/S\$1,00).

Os resultados à luz das paridades consideradas seriam ganhos de R\$246 no cenário possível e de R\$295 no cenário remoto.

A Administração não considerou a análise de sensibilidade para o cenário provável, por considerar que este reflete substancialmente as variações cambiais já registradas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

23. DIREITO DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

Abaixo o resumo da movimentação:

Ativo por direito de uso	2020	2019
Saldo inicial	105	196
Adições	137	260
Saldo transferido de imobilizado em andamento para direito de Uso	261	-
Saldo de depreciação do período	(155)	(351)
Saldo final	<u>348</u>	<u>105</u>
Passivo por arrendamentos:		
Saldo inicial	222	138
Adições	137	260
Pagamentos principal	(183)	(167)
Pagamento de juros	(34)	(37)
Juros apropriados	32	28
Saldo final	<u>174</u>	<u>222</u>

O cronograma de pagamentos é como segue:

	<u>R\$</u>
2021	133
2022	<u>41</u>
Total	<u><u>174</u></u>

24. GESTÃO DE CAPITAL

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Diretoria também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários.

A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente por meio do conceito do “Weighted Average Cost of Capital - WACC” (Custo Médio Ponderado de Capital).

A dívida em relação ao capital no encerramento de cada exercício é apresentada a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u> (Reapresentado)
Total de empréstimos e financiamentos (incluem passivo de arrendamento)	112.357	127.429
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(8.690)</u>	<u>(817)</u>
Dívida líquida	<u><u>103.667</u></u>	<u><u>126.612</u></u>
Total do patrimônio líquido	<u><u>161.684</u></u>	<u><u>162.472</u></u>
Relação da dívida líquida sobre o patrimônio líquido	64,1%	77,9%

25. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando em conta a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura de seguros, em valores de 31 de dezembro de 2020 e de 2019, é assim demonstrada:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucros cessantes	115.774	123.308
Danos materiais	151.064	144.733
Seguro D&O	25.452	24.720
Responsabilidade civil	6.400	6.400

26. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão e divulgação em reunião da Diretoria da Companhia realizada em 23 de março de 2021.
